

ARP APRESENTA AMANHÃ QUEIXA FORMAL À AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA

A Associação reafirmou hoje, em encontro com a imprensa, que está preocupada com a discriminação no que toca ao subsídio à renovação de frota

04.Nov.08 – A ARP - Associação Rodoviária de Transportadores de Pesados de Passageiros, apresentou hoje (num encontro com a imprensa) as razões que levam a associação a entregar amanhã, na Autoridade da Concorrência, uma queixa relacionada com o subsídio à renovação de frota das empresas de autocarros.

A ARP decidiu dar este passo depois de contactar as entidades competentes, nomeadamente o IMTT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres) e após fazer também uma exposição à Secretaria de Estado dos Transportes com o intuito de encontrar uma solução equilibrada e que protegesse o investimento do próprio Estado.

Na queixa que será amanhã apresentada, a ARP refere o problema: quatro milhões de euros que são atribuídos todos os anos pelo Estado para que as empresas concessionárias de carreiras renovem as frotas (o equivalente a 50 mil euros por autocarro) e que não estão a ser correctamente aplicados, dado o dinheiro estar a ser utilizado também em autocarros topo de gama que acabam por efectuar pouco ou nenhum serviço para o qual foram subsidiados.



A ARP propõe o seguimento de uma de duas possíveis formas de actuação: as ajudas têm de ser levadas à letra e deverão ser aplicadas só para o transporte público colectivo, sendo que estes autocarros apenas poderão efectuar este tipo de serviço e nenhum outro, sob pena das regras de livre concorrência estarem comprometidas, ou se liberaliza o subsídio – para a renovação de frotas e eficiência energética – para que todas as empresas tenham iguais oportunidades de o receber e desta forma, todas concorram para a redução das emissões de CO2, fazendo ainda com que Portugal possa estar em melhor posição para o cumprimento dos acordos de Quioto.

A ARP acusa ainda o Governo de discriminar e prejudicar, há vários anos, as transportadoras que não actuam no transporte regular de passageiros (as carreiras), ao permitir que os incentivos para a renovação das frotas sejam aplicados apenas a este tipo de empresas, sendo-lhes depois permitido a utilização destes veículos para todos outros serviços, concorrendo com clara vantagem sobre quem não os recebe. Adianta ainda a ARP que, algumas destas empresas já recebem subsídios à exploração da sua actividade – dado o Estado entender que o serviço público não é rentável –, pelo que não têm de ser privilegiadas, mais uma vez, em detrimento de todas as outras.

Segundo Rui Pinto Lopes, Presidente da ARP, ***“o Estado concede anualmente quatro milhões de euros para incentivos à renovação da frota para as empresas com mais de três concessões rodoviárias de passageiros. A ARP alerta para o facto de muitas destas transportadoras com acesso a estas ajudas estarem a aplicar os subsídios não em autocarros de carreiras, mas em veículos para serviços não regulares, prejudicando assim os associados da ARP e desvirtuando por completo as regras de mercado.”*** E acrescenta ainda que ***“estamos confiantes de que a Autoridade da Concorrência irá dar seguimento à queixa dentro de um prazo razoável. Esta é certamente, uma das causas da nossa Associação”***.

A ARP - foi fundada em 17 de Janeiro de 2006 e conta actualmente com 107 Associados que representam a globalidade do País. Esta Associação nasce da vontade de diversos empresários do sector que dado vazio associativo existente neste capítulo, se juntam para melhor defenderem os seus interesses. Este vazio associativo, apesar da já existência de duas associações, surge porque nenhuma das mesmas dá cobertura a empresas de transporte pesados de passageiros que não possuam concessões (vulgo carreiras), ou não sejam agências de viagens.

Para informações adicionais, contacte por favor:

GREEN MEDIA – Agência de Comunicação
Isabel Augusto/ Rita Correia de Oliveira
Telf.: 21.412.08.68 / 93.382.84.83
www.greenmedia.pt